

Dar com uma mão, tirar com a outra



António Domingues Azevedo

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Provavelmente um dos fatores que explica com maior clareza o motivo pelo qual tem aumentado o distanciamento entre eleitores e eleitos relaciona-se com a crescente falta de transparência na gestão da causa pública. Todos os anos, por volta do mês de outubro, a cena repete-se. A proposta de Orçamento do Estado para 2015 é um documento cifrado, confuso e com demasiada informação fragmentada. É um texto espartilhado. Sob a capa de um embrulho

feito com requinte e adornado com um nó artístico, as medidas até parecem inofensivas e amigas do contribuinte. O pior é mesmo quando se abre a caixa deste autêntico presente envenenado. Para encontrar as raízes para o problema, oscilo entre duas teses: incompetência ou atitude deliberada para confundir. Inclino-me para a última. Mera tática política. É uma imensa minoria de portugueses a que percebe realmente o que está no OE e a forma concreta sobre como as medidas fiscais vão afetar o seu dia a dia.

Na essência o OE 2015, para além de corporizar uma falta de equidade fiscal, representa a subordinação absoluta do social ao económico. Prega uma ideologia assente na economicidade, preterindo fatores de humanidade. Neste campo não é imparcial, opta deliberadamente pela lógica económica e demarca-se, ostensivamente, da componente da condição humana, deixando desprotegidos os que menos têm e mais precisam.

O que aconteceu nos últimos três anos foi o des-

mantelamento abrupto das funções sociais do Estado, muito por via da fiscalidade e da economicidade. O que se assiste é que numa sociedade organizada o Estado está cada vez mais a deixar de ser o último farol de esperança dos que já não têm esperança alguma. Para os que ainda têm algo a que se agarrar, nomeadamente um posto de trabalho, os rendimentos sobre o seu trabalho continuarão a ser castigados, não só para os que têm rendimentos mais parcos, como os que ocupam profissões prestigiadas socialmente, como os advogados, os engenheiros, os médicos ou os professores.

Por mais voltas que se dê, por mais leituras benignas que se façam, o balanço final será sempre nefasto para os contribuintes, especialmente para os da classe média. Entre o deve e o haver os cidadãos vão sair prejudicados. A redução da taxa de IRC das empresas de 23 para 21 por cento é de uma enorme imoralidade, se compararmos com as taxas praticadas em sede de IRS, que vão até aos 45 por cento.

A pseudo reforma do IRS, a par com o pacote da fiscalidade verde, é o exemplo acabado de como se dá como uma mão e se tira com a outra, sob a forma de incremento da carga fiscal nos sacos de plástico ou nos combustíveis.

É por isso que considero ser este um documento traiçoeiro, disfarçado de benfazejo para as famílias. Aos portugueses só resta uma solução, que é, no fundo, o que melhor sabem fazer: resistir, com dignidade. ■

O autor escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico.

A pseudo reforma do IRS, a par com o pacote da fiscalidade verde, é o exemplo acabado de como se dá como uma mão e se tira com a outra.